

RESSONÂNCIAS DO DISCURSO DA MERITOCRACIA EM “NÃO FALE EM CRISE, TRABALHE”

Renata Valéria de Araujo Lima¹

“Os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discurso”

J-J Courtine (1981)

Introdução

A relação entre linguagem e sociedade é a base da constituição do ser humano, pois a história da humanidade é a história dos seres que se organizam em sociedade e detém um sistema de comunicação, que é a língua. Assim, a necessidade de se teorizar a respeito de qual deveria ser o objeto de estudo da ciência da linguagem é uma reflexão fundamental para que o homem possa entender a si mesmo enquanto sujeito, essencial e naturalmente, sócio-histórico, que se constitui na e pela linguagem.

A Análise do Discurso advém da necessidade de se considerar, dentro do campo que perpassa os estudos da linguagem, a ideia de que a língua não é meramente um compêndio, um sistema de códigos determinados, imutáveis, regulares, conforme Saussure apresentou em seu *Curso de Linguística Geral*, em 1916. A partir do advento desta tendência - especialmente a que se desenvolveu na França, sob a égide dos estudos basilares de Michel Pêcheux (1969; 1975), começa-se a considerar a não consciência plena do sujeito ao enunciar, isto é um sujeito que, ao proferir um discurso que pensa ser seu, é interpelado por outras vozes, que, ora são trazidas com o objetivo de manter (processos parafrásticos), ora, de deslizar (processos polissêmicos) sentidos.

Nesse processo de significar (e significar-se) no e pelo discurso, em processos que ecoam ou atualizam sentidos, alguns, entre muitos, conceitos se apresentam como essenciais. Aqui, serão trazidas as noções de *Formação Discursiva* (doravante FD) e *Formação Ideológica* (doravante FI) para, então, ser possível adentrar na noção de *Paráfrase* (e Polissemia), que é um dos aspectos fundantes da linguagem (ORLANDI, 2009), sobre o qual este trabalho se debruçou com maior detalhe.

Para isso, e a fim de apresentar uma discussão mais sólida, outros pesquisadores, além de como Jean-Jacques Courtine (2009) e Silvana M. Serrani (1997) também foram trazidos para compor a reflexão acerca dos funcionamentos parafrásticos nas unidades linguísticas.

Finalmente, o ponto de vista que pautou este trabalho foi o de que um estudo atento dos fenômenos parafrásticos sobre o eco do discurso da meritocracia dentro do contexto político, que é veiculado pela mídia, é essencial para que, nós, sujeitos ideologicamente assujeitados, porém, sociais, consigamos

¹ Mestra em Linguística (PPGL/UFPE). E-mail para contato: renata.araujo0712@gmail.com

perceber com maior clareza os processos de constituição dos efeitos de sentido que acontecem ao nosso redor.

Para isso, o trabalho foi composto por uma discussão sobre os principais conceitos que servem de base à AD pecheuxiana sob a ótica de Orlandi (2009), Courtine (2009) e Serrani (1997) e, depois apresentou-se uma breve análise sobre o eco do discurso da meritocracia, na qual considerou-se como Sequência Discursiva de Referência (SDR) o enunciado “*Não fale em crise. Trabalhe*”, proferido pelo então presidente (interino) do Brasil, Michel Temer, no início de seu mandato, após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Alguns conceitos da AD no processo de construção das formulações parafrásticas

No contexto do estudo da AD, discutidos adiante alguns conceitos basilares para pensar sobre a relação da constituição dos efeitos de sentido, em linguagem, que se constroem, muitas vezes, por meio de repetições de outros sentidos já-ditos antes, em algum lugar, isto é, que estão no *interdiscurso*. Para isso, serão abordadas as visões de Orlandi (2009), Courtine (2009) e Serrani (1997) que, finalmente, vão desembocar no conceito de parafrase discursiva, ponto-chave deste ensaio, sobre o qual a breve análise que segue tratará de modo a sugerir que uma sequência discursiva de referência (sdr), tangida pela temática da meritocracia, é interpelada por outras sequências através do processo de significação parafrástico.

Formação Ideológica e Formação Discursiva

Para compreender o processo em que, no plano da linguagem, o sujeito, interpelado pela ideologia, constitui sentidos, tem-se o conceito de Formação Discursiva (FD) como uma noção fundamental para observar os processos pelos quais as regularidades acontecem no discurso.

A primeira aparição do termo foi em 1969, com Michel Foucault, em sua obra *Arqueologia do Saber*. A abordagem de Foucault relaciona o termo às condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber e deixa a definição em aberto.

Ainda que Courtine (2009) afirme que a leitura de Foucault sobre o referido termo não esteja diretamente vinculada à AD, a noção parece “aproximar-se indefinidamente de objetos como o discurso, o sujeito, a ideologia, sem nunca chegar completamente a isso” (p.69). Assim, o que, assim como para Courtine (2009), interessa ao desenvolvimento deste ensaio é, mais especificamente, o sentido que Michel Pêcheux empreende a este termo.

Pêcheux, então, trabalhará utilizando o termo FD a partir de diferentes vieses: ora sob a ótica da teoria do discurso (1975), ora considerando-o um método de análise (1969). Estas visões acompanham, de certa forma, o desenvolvimento da própria AD. Primeiro, em 1969, o termo aparece em AAD 69. Nesse momento, percebe-se que recebeu uma visão essencialmente metodológica. Já em 1970 - agora trazido por

Louis Althusser, teórico do qual Pêcheux vai beber para formular sua teoria do discurso e que faz uma releitura de Marx, -, o termo aparece em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, o que influencia uma maior atenção propriamente às análises do discurso. Então, ao trazer o uso do termo para a AD, Pêcheux considera, sobretudo, o papel da ideologia e da luta de classes na constituição daquilo que, “numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Ainda segundo ele, o sujeito empírico somente será interpelado em sujeito do discurso quando for perpassado pela ideologia e isto é imanente a ele. Assim, Pêcheux esboça uma teoria não-subjetiva do sujeito, em que ele não se constitui a partir de suas próprias (e conscientes, portanto) escolhas, mas através de um *sempre-já* sujeito que, para assim se constituir, é, antes, interpelado pela ideologia dos aparelhos de estado.

A interpretação que faz Eni Puccinelli Orlandi (1988, 2003, 2009), pesquisadora atenta da obra pecheuxtiana, sobre o processo de significação, aponta justamente para um detalhamento nesta mesma direção. Ela afirma que as palavras somente se revestem de sentido quando situadas em uma situação dada, por um sujeito que ocupa um lugar específico, isto é: “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições axiológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2009, p.42). Já sobre o conceito de FD, Orlandi (1988) a apresenta como o lugar em que o sujeito se identifica para, então, significar: “É nela que todo sujeito se reconhece [...] e, ao se identificar, o sujeito adquire identidade.” (ORLANDI, 1988)

Já com relação ao conceito de Formação Ideológica, Courtine (2009), em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, considera que “Se as ideologias têm ‘existência material’, o discursivo será considerado como um de seus aspectos materiais.” (p. 72). Para ele, as FI seriam, assim, de acordo com Pêcheux *et al* (1971), “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”.

Adiante, Courtine complementa esse raciocínio citando Pêcheux & Fuchs (1975), quando afirma que as FI:

comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que *toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar.* (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 11 apud COURTINE, 2009)

Outra pesquisadora que também se debruçou sobre estes conceitos foi Silvana M. Serrani, em *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Nesta obra, que é um estudo sobre os fenômenos discursivos de repetição (ou parafrásticos), ela oferece um breve panorama do que seria esta relação entre FD e FI na constituição de sentidos. As relações entre as classes, que

demandam posições políticas e ideológicas, agem sobre as práticas sociais que, por sua vez, são influenciadas pelos aparelhos do estado. Esses posicionamentos políticos e ideológicos serão, justamente, as bases constitutivas das FI - que são atitudes nem individuais nem universais - e que, por sua vez, formarão as FD, que são o que é possível se dizer dentro de um contexto dado. (SERRANI, 1997)

Portanto, aparentemente, uma mesma palavra terá efeitos de sentido diversos se inscritas em diferentes FD, conforme afirma Pêcheux, e as leituras que dele fazem Orlandi, Courtine e Serrani.

Funcionamentos parafrásticos

Silvana M. Serrani (1997) começa a delinear sua proposta, em *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*, afirmando que a AD está embasada em dois pressupostos: o primeiro considera que não existe um arcabouço linguístico inato instalado na mente humana, enquanto o segundo aponta para a não existência de um sujeito intencional, isto é, que é a origem daquilo que diz. Portanto, em AD, não cabe considerar o que se pode verificar desde a ótica positivista, não há uma busca por definir a exatidão da origem do sentido. Ao contrário, o que se pode verificar na materialidade do discurso advém das relações históricas, ideológicas, políticas pelas quais este sujeito é interpelado para constituir a si mesmo e ao seu dizer.

Nesta obra, a autora, primeiro, esmiuçar o aporte teórico sobre a paráfrase discursiva e, depois, afirmar que é na repetição onde se encontra uma das principais condições de possibilidade para verificar a constituição dos efeitos de sentidos na AD. Assim, a paráfrase é, apenas, um dos modos de realização deste fenômeno, que abarca também as glosas e as reformulações, por exemplo.

Como objetivos da obra, Serrani apresenta a concepção da paráfrase como ressonância interdiscursiva de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido e informa que os efeitos de sentido, corroborando com os estudos de Orlandi (1988, 2003, 2009), constituem-se na tensão entre o *mesmo* e o diferente. Nesse momento, Serrani pontua, então, que ambos os processos (parafrástico e polissêmico), como também afirma Orlandi (1988), funcionam concomitantemente na produção discursiva, por isso, a escolha por direcionar o olhar especialmente aos fenômenos da repetição se deu por questões metodológicas:

Portanto, tomo como referência a distinção que E. Orlandi destaca como fundamento da produção de linguagem: a dos processos “parafrásticos” - “retorno constante a um mesmo espaço dizível” (1983: 126) - e “polissêmico” - deslocamento, ruptura, emergência do diferente, multiplicidade de sentidos. Aqui é de crucial importância salientar que o jogo desses processos atua o tempo todo na produção da linguagem. É somente levando em conta esse jogo constante que a ênfase no estudo de um deles, como é aqui o objetivo dominante de estudar o parafrástico, pode ser realizada. (SERRANI, 1997, p. 16)

A autora se refere a alguns conceitos em AD estabelecendo concordância aos pontos de vista defendidos por Pêcheux, Orlandi, Courtine. Por estar em concordância com sua abordagem, este também foi o ponto de vista utilizado para embasar a discussão deste ensaio.

Serrani explica que utilizará o termo “paráfrase” sempre com o intuito de significar “funcionamentos parafrásticos das unidades linguísticas no discurso”, conforme utilizam Pêcheux (1969) e, posteriormente, Orlandi (1988). A justificativa desta escolha está na concepção de que a paráfrase não é universal, portanto, “não decorre de alguma qualidade própria das frases que possa ser diretamente observada” (SERRANI, 1997, p. 43): é aquilo que reitera e que produz estabilidade. Neste ponto, a autora afirma que é necessário valorar o papel do interdiscurso, que traz relações de sentido muito além do que se pode observar no plano intradiscursivo.

Posteriormente, ela apresentará a noção de *ressonância de significação*, que é de fundamental importância para embasar a análise e é também essencial para caracterizar o que, neste trabalho, entende-se por paráfrase. Para isso, utilizam-se as palavras de Serrani:

Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua.(...) As paráfrases, então, tal como eu estou entendendo aqui, ressoam significativamente da cadeia através de diferentes realizações. (SERRANI, 1997, P. 47)

Portanto, a proposta de análise que aqui se desenvolveu representa um intento de perceber como as irrupções do interdiscurso, as interferências constitutivas de uma memória social, política, ideológica e, conseqüentemente, discursiva, transparecem (ou não) no plano horizontal, isto é, do intradiscurso.

O eco do discurso da meritocracia em “*não fale em crise, trabalhe*”

“As palavras mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam”

PÊCHUX, 2009, p.146-147

Sobre a constituição do corpus, Serrani (1997) afirma que:

Ele consiste, esquematicamente, em: (1) escolher formulações de referência no intradiscurso das sequências analisadas; (2) considerar os contextos intradiscursivos; (3) explorar os domínios interdiscursivos da formação discursiva de referência; (4) elaborar esquemas interdiscursivos de repetibilidade e (5) retornar ao intradiscurso com a finalidade de articular os planos inter e intradiscursivo. (SERRANI, 1997, p. 17)

Para este trabalho, foi escolhida a formulação de referência “*Não fale em crise, trabalhe*” para, então, observar outros possíveis enunciados nos quais ecoam o funcionamento parafrástico referente à temática da meritocracia. Para isso, inicialmente, considerar-se-á o enunciado “*Arbeit Macht Frei*” (“*O trabalho liberta*”), que ficava na entrada dos campos de concentração, na Alemanha, durante a 2ª Guerra Mundial, para refletir sobre, em 2016, o retorno do *mesmo* no enunciado de referência.

No primeiro discurso, após o golpe político-midiático instaurado em 2016, no Brasil, quando objetivava levar uma palavra de esperança ou, talvez, oferecer a segurança, supostamente, perdida durante o governo que o precedeu, Michel Temer profere o enunciado “*Não fale em crise, trabalhe*”. Nesse momento, sugere, muito mais do que uma forma de suplantar a crise, uma culpabilização do cidadão que, em vez de produzir, isto é, em lugar de *trabalhar* para minimizar os efeitos da crise, continua, apenas, *falando* sobre ela, reclamando. Além desse, outros efeitos de sentido poderiam irromper deste enunciado, que poderia se traduzir, por exemplo, em outros enunciados parafrásticos como: “cada um tem o que merece”, “não haverá liberdade/resolução para a crise sem trabalho”, “quem fala em crise é quem não trabalha” ou, ainda, “se quer sair da crise, trabalhe”.

É imprescindível que se tenha em conta qual é, necessariamente, o objetivo da AD. O objetivo da AD, portanto, não está em refletir sobre as regras que tornaram um enunciado possível ou, simplesmente, desvendar o sentido do que se disse. A primeira situação analisaria somente a materialidade, as formas presentes no intradiscursivo, enquanto a segunda situação ofereceria, apenas, uma análise de conteúdo que, para AD, não seria coerente, vez que não se considera, aqui, um sentido único, mas, sobretudo, as condições de possibilidade que tornaram possível a constituição daquele enunciado, com possibilidades de sentido várias, e não outro em seu lugar.

O uso de uma retórica que culpabiliza a população não é algo novo nem historicamente nem, por conseguinte, no plano discursivo. Os sentidos daquilo que se diz estão no interdiscurso das formações discursivas e, com relação ao discurso sobre a meritocracia, podem ser encontrados desde em textos bíblicos, por exemplo, até, quando alguém atribui à vítima a responsabilidade, por exemplo, por ser assaltada por não ter o cuidado necessário. As problemáticas sociais não são, obviamente, culpa das vítimas; ao contrário. É preciso refletir, portanto, sobre como, por meio do uso de um discurso interessado em desviar responsabilidades, algumas instituições dirigem-nas aquele que é, como se disse, vítima dessas realidades.

Assim, o prisioneiro, ao entrar nos campos de concentração, deparava-se com a frase “O trabalho liberta”, que direcionava para ele a responsabilidade por estar nessa condição, impondo-lhe a verdade de que, por não trabalhar, não poderia ser livre ou, ainda, de que, se queria ser liberto, precisava trabalhar. Assim, o objetivo era claro: estabelecer uma manutenção daquele retrato de dominação e conseqüente violência (de várias esferas) a que aquele ser humano estava (e deveria permanecer) subjugado.

Observa-se, portanto, na formulação proferida por Temer, a constituição de um eco discursivo da meritocracia do enunciado dos campos de concentração, a manutenção do sentido, a retomada do *mesmo*. Identifica-se, assim, a formulação de um funcionamento parafrástico seja pela manutenção de efeitos de sentido por aproximações lexicais (“*Não fale em crise, trabalhe*” versus “O **trabalho** liberta”), seja pela recuperação através da presença *sempre-já* do *não-dito*, daquilo que se encontra no interdiscurso.

Finalmente, pode-se verificar a irrupção do eco do discurso da meritocracia em outras várias reformulações comumente utilizadas no uso coloquial. Algumas trazem a temática no plano lexical, outras,

porém, retomam-na pelos efeitos de sentido que provocam. Entre as diversas formulações, elencam-se algumas:

1. O trabalho dignifica o homem;
2. Deus ajuda a quem cedo madruga;
3. “Quem relaxa em seu trabalho / é irmão do que o destrói.” Pv 18:9;

Portanto, as formulações parafrásticas não acontecem apenas no campo das equivalências sintáticas. Elas representam, antes, uma questão ideológica, visto que o sujeito, assujeitado, traz de volta e significa através de, neste caso, um processo de manutenção de sentidos.

Considerações finais

Com esse tipo de análise, tem-se uma breve ilustração sobre o que são os processos de constituição de efeitos de sentido a partir de formulações parafrásticas - visto que não se trata apenas de simples troca lexical, não é uma concepção meramente sintática. A noção que se defendeu aqui, sobre como os sentidos se constituem por meio do fenômeno parafrástico, é a de valorizar como fundamental a inscrição histórica destas formulações discursivas que, juntamente com a ideologia, marca e constitui os efeitos de sentido dentro daquilo que pode e deve ser dito. (PÊCHEUX, 1988; SERRANI, 1997)

Assim, é preciso refletir sobre a possibilidade de ação do sujeito que, embora ideologicamente assujeitado, deve tentar perceber um pouco mais o que têm acontecido ao seu redor. Com esse saber, com esse conhecimento, “consciente” de seu assujeitamento, o sujeito pode tentar repensar sobre as suas ações e, conseqüentemente, suas reações sociopolíticas que, muitas vezes, suscitam a manter o uso de certos funcionamentos parafrásticos – aqui, o eco do discurso da meritocracia –, que somente reverberam a manutenção de contextos de desigualdade, de violência social. É preciso, portanto, pensar sobre a origem dessas “frases de efeito” e, sobretudo, em como tudo isso influencia na vida em sociedade; em como os fenômenos sociopolíticos acontecem devido à influência da constituição de efeitos de sentido na e pela linguagem.

Confirma-se, então, que, após esta breve análise, todos os efeitos de sentidos advém, de fato, da tensão entre o mesmo e o diferente, entre o sentido que se mantém e o que desliza, entre processos e formulações parafrásticas e polissêmicos. Por essa razão, deve-se refletir sobre com que interesses há uma manutenção ou um deslizamento dos sentidos na constituição dos discursos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença 1970.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina Campos Velho Birck et al. São Paulo: ED EDUFSCAR, 2009.



FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. Campinas, SP: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini et al. 22. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Época Negócios. *Michel Temer faz seu primeiro discurso: "Não fale em crise, trabalhe"*. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/05/michel-temer-faz-seu-primeiro-discurso-e-ministros-tomam-posse.html>>. Acesso em 16 mai 2017.